

Ass. Constituinte
Senado recolhe opiniões
ESTADO DE SÃO PAULO
19 JUN 1986
para a nova Constituição

**AGÊNCIA ESTADO
E SERVIÇO LOCAL**

"A Constituição não é um dogma que só pode ser conhecido, estudado e praticado por sábios iluminados" — afirmou ontem, em Brasília, o primeiro-secretário do Senado, Enéas Faria (PMDB-PR), na solenidade de lançamento do Projeto Constituição, que permitirá que toda a sociedade dê sugestões ao Congresso a respeito da futura Carta, a ser elaborada a partir de 1987. Idealizado pelo primeiro-secretário, pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen), o projeto prevê que qualquer brasileiro pode fazer suas sugestões à Assembléia Nacional Constituinte, por telefone (o número é 156) ou por carta. Para que este meio pudesse ser também utilizado, o Senado firmou convênio com a Empresa de Correios e Telégrafos, para colocar em todas as agências postais do País formulários apropriados, que serão enviados gratuitamente.

Durante a solenidade de lançamento do projeto, 24 constituintes de 1946 receberam a medalha comemorativa dos 40 anos da Assembléia de que participaram, cunhada pela Casa da Moeda. O Senado conseguiu estabelecer contato com 60 dos 328 constituintes de 46. Deles, 24 compareceram à cerimônia de ontem, e destes, quatro ainda são parlamentares: os senadores Amaral Peixoto e Luiz Vianna Filho e os deputados João Agripino e Manoel Novaes.

DEBATES NA USP
"A Constituição americana é

provavelmente a única Constituição escrita que não contém a palavra educação." Essa curiosidade foi apontada ontem pelo professor norte-americano Harlan M. Blake, no segundo dia do seminário "Constituinte: a Experiência Americana e o Processo Brasileiro". Assim como os professores Miguel Reale e Geraldo Ataliba, Blake falou sobre "Educação e Constituição".

Segundo o professor da Universidade de Colúmbia, é provável que os redatores da Constituição americana acreditassem que a educação era um problema familiar, e por isso tenham deixado a questão para os Estados. Foi só uns 30 anos depois do Brasil que os Estados Unidos chegaram a afirmar que educação era um direito do cidadão.

O professor Miguel Reale, da Universidade de São Paulo e membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, resumiu em seguida alguns projetos discutidos pela comissão. Já o professor Geraldo Ataliba (USP e PUC) lembrou uma distorção do ensino brasileiro: o pobre frequenta uma escola paga de baixa qualidade e o rico uma escola pública de boa qualidade.

O seminário continua hoje, também na Faculdade de Direito da USP, com o tema "O Poder Judiciário", que será abordado pelos professores Covey T. Oliver e José Afonso da Silva e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves.

Para anunciar: Tatuapé
Rua Antonio de Barros, 998 - Tel:
295-6223
Classificados de
O ESTADO DE S. PAULO